Minha visão holística sobre racismo

» BEETHOVEN ANDRADE
Advogado. Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF


MAURE

Existe uma linha tênue entre o que é racismo e aquilo que é considerado resultado natural de ações do estado e da sociedade, em especial aqui no Brasil. Por muitos anos vimos veículos de comunicação valer-se da imagem da pessoa negra como principal vetor de piadas e caóticos dramas, o que fomentou na coletividade a naturalização do comportamento discriminatório herdado do período escravocrata. Ao mesmo tempo, para o estado, a existência de favelas, assentamentos, invasões, subemprego etc., resulta de uma falibilidade individual, visto que, a espeque do possível, as políticas públicas são ofertadas a aparente contento, demonstrando a existência de uma esconsa meritocracia.

Claro, mudar algo histórico, sobretudo o comportamento social, é algo demasiadamente difícil. Se por um lado, é possível observar avanços no combate à discriminação e ao preconceito racial, por outro, cintila a resistência daqueles que veem o racismo como algo que surge do imaginativo dos negros e negras, um mero refluxo de suas fragilidades resultantes da posição de minorização social, política e econômica.

Debater políticas antidiscriminatórias nos conduz, inevitavelmente, aos estudos acadêmicos sobre a temática; não que seja ruim, mas é como se o negro estivesse sempre no polo passivo epistémico, e por mais que avance, não consegue se desvencilhar da atuação coadjuvante em sua própria história.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que injúria racial possui status de crimes de racismo, portanto, imprescritíveis e inafiançáveis. Porém, entender o racismo dessa ótica resulta compreender o que estruturalmente e institucionalmente é o racismo: volátil, mutável e extremamente moderno, sem falar de sua resistência diamantina, traduzido em comportamento aversivo que une aqueles que defendem que o racismo não existe, mas continuam praticando atos discriminatórios e excludentes.

Para críticos, a injuria racial, ou qualificada, tem por escopo, tão somente, individualizar o racismo brasileiro, amenizando e o reduzindo à subjetividade dos envolvidos e aos conflitos interpessoais de uma sociedade incapaz de conviver com suas diferenças. Seria um mecanismo com intuito precípuo de alertar à sociedade que o estado não é discriminatório em suas ações, ou na ausência delas, mas que pessoas isoladamente possuem comportamentos incondizentes com a paz social e que o estado está atento, ainda que ineficaz, à visão da coletividade negra.

Traduzir os efeitos e as angústias do racismo estatal (estrutural e institucional) é de sobejo mais dificultoso que interpretar processualmente as aflições de uma agressão à subjetividade da pessoa negra com base em sua cor de pele, tão debatida academicamente. Enquanto aquele invisibiliza e consume a subjetividade étnico-social das pessoas negras em esfera coletiva, o preconceito e discriminação ferem uma consciência individual sobre a condição de pessoa negra em uma coletividade, ou seja, uma visão de integração e pertencimento à sociedade, mas ambos possuem condão de macro marginalizar, excluir ou inferiorizar a coletividade negra, não o indivíduo. Por isso, injuria, preconceito e discriminação, na esfera penal, devem ser tratados como comportamentos racistas, consequência de um mal maior.

Longe dos estudos acadêmicos, onde não há epistemologia, cada pessoa convive com o racismo à sua maneira, engolido por um monstro invisível que há muito a fez assimilar que a vida é assim, dura mesmo, que o ódio pelo tom de pele, ainda que inato, é algo que não pode interferir no cotidiano coletivo, que o subemprego, a vida indigna é apenas reflexo de um fracasso pessoal, muito embora resulte da inexpressiva e falível prestação de serviços públicos, enquanto que, para olhares turvos, à ausência de condições iguais de oportunidade é apenas um infortúnio. Sorte é ter privilégios e conseguir ser indiferente aos que não os têm!

De tal modo, para uma visão holística sobre o racismo é imperioso reconhecer que individualmente cada pessoa sentirá seus efeitos de modo díspar, um fenômeno que jamais poderá ser traduzido aos livros ou trabalhos acadêmicos, mas tão real quanto à impossibilidade de definir o racismo criminalmente, tendo-se em vista seu caráter não-rígido e adaptável aos avanços das políticas afirmativas. Poderíamos apenas concluir, de certa maneira, que apenas superaremos o racismo quando o estado der efetividade às políticas afirmativas e inclusivas, se divorciando, por fim, da falácia de democracia racial.

As nuvens vão se dissipar

» JOÃO CAMARGO
Presidente do conselho grupo Esfera Brasil e da CNN Brasil

Fernando Haddad, como se sabe, não era o nome da preferência do mercado para ocupar o Ministério da Fazenda. O anúncio de Lula, sem nenhuma surpresa, formou nuvens sobre o céu da Faria Lima e adjacências. O empresariado teria gostado de alguém identificado com a doutrina liberal que, ao menos nas ocasiões em que Paulo Guedes teve oportunidade de fazer valer sua visão, prevaleceu durante o governo que se encerra.

O futuro chefe da pasta, assim como o presidente eleito, tem um enfoque social da questão econômica. Acredita que o governo deve contribuir para que o país comece a pagar a histórica dívida para com a parcela mais vulnerável da nossa sociedade. E vai atuar, dentro dos limites impostos pela própria coalizão que dá lastro político à nova administração, para fazer com que o transatlântico Brasil ajuste seu curso.

Tal constatação não deve surpreender os observadores mais antenados. É apenas natural que assim seja. Lula, diante de um arco ideológico que vai da esquerda à centro-direita, não venceu a eleição para fazer mais do mesmo. Comentava-se, antes de a escolha vir a público, que não faria muita diferença o nome do chefe da pasta, uma vez que o próprio presidente seria o maior responsável pelos rumos da política econômica. De certa maneira, portanto, o fator Haddad estava devidamente precificado desde o resultado do pleito.

Mais relevante é atentar para o que significa, a Lula e Haddad, a opção pelo resgate da dívida social. Quer dizer que vão gastar mais do que arrecadam, deteriorando a situação das contas públicas? Quer dizer que vão aplicar um choque tributário à la Robin Hood, forçando uma redistribuição de renda? Quer dizer que vão promover o crescimento a qualquer custo, mesmo o de despertar o dragão inflacionário?

O mercado sabe que a resposta a todas essas perguntas é um redondo "não". Não resta dúvida de que a equação do crescimento não passa por despesas superiores à arrecadação. Responsabilidade fiscal e social não são incompatíveis. São, ao contrário, complementares. Preferir um ministro liberal não é o mesmo que olhar para o ungido através de lentes distorcidas. As decisões do capital não são pautadas por ideologias. Entre serem ortodoxos ou heterodoxos, desenvolvimentistas ou neoliberais, os empresários são apenas pragmáticos: deixam as disputas teóricas para economistas e lidam com a realidade tal como ela se apresenta.

Ex-ministro da Educação, ex-prefeito de São Paulo, ex-candidato a presidente da República, Haddad teve exposição suficiente para que não pairem dúvidas sobre algumas de suas convicções mais profundas. Da mesma maneira que Lula, ele sabe que lucro não é pecado, e se impõe sobre os setores mais à esquerda do PT, que abordam assuntos econômicos com um romantismo ultrapassado.

Ele também sabe que o capital estrangeiro é muito bem-vindo. E que, para termos uma expansão forte e sustentável, o empresariado deve continuar reinvestindo no país. A classe produtora tem que manter constante diálogo com o governo, para que se sinta segura para continuar a investir. Afinal, o investimento da iniciativa privada é mais de quarenta vezes superior ao do governo.

Ninguém duvida que Lula é o político que mais entende de inclusão social no Brasil. Em 2003, ao assumir o primeiro mandato presidencial, deu sequência à orientação econômica mais liberal de Fernando Henrique Cardoso, mas sem que isso o impedisse de priorizar as políticas sociais, dando mais robustez e visibilidade a iniciativas nessa área do que o governo anterior.

Lula sabe que, para dar efetividade a essa diretriz, precisa garantir um forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Sem expansão substancial da economia não há geração de emprego capaz de absorver a população desempregada ou subempregada. E, sem emprego, a renda oriunda do Bolsa Família poderá no máximo tirar o Brasil do mapa mundial da fome – o que é necessário, mas não suficiente. O PIB precisa crescer para termos um Brasil mais rico.

Haddad e Lula terão êxito na empreitada? Será preciso aguardar as primeiras medidas para avaliarmos com mais acuidade suas chances. O empresariado vai ficar de olho em cada passo do governo. O sucesso do novo governo será também o sucesso em potencial de quem apostar que o país vai dar certo, se reconciliar com seu destino de grandeza. Torcer contra é atitude de mau perdedor, o que o empresariado, como classe, não é, se não por outro motivo porque não é bom negócio.

Meu prognóstico é que as nuvens vão se dissipar e haverá uma fina sintonia entre a Faria Lima e Brasília, uma sintonia que passa pela comunicação azeitada entre as partes, uma entendendo o papel e a relevância da outra. Lula escolheu o melhor quadro partidário para a Fazenda. Haddad será um excelente ministro. Tenho certeza de que ambos darão motivos para que a mão invisível do mercado os aplauda.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Novos tempos novos modos de consumo

Novos tempos requerem novas formas de pensar. É com esse mote que muitos países desenvolvidos estão hoje direcionando suas economias, buscando otimizar, ao máximo, o uso de seus recursos naturais, reduzindo o consumo de matéria-prima virgem e conferindo prioridade aos insumos duráveis, recicláveis e renováveis.

Esse pensamento se estende também à produção de energia, matéria-prima fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento. De fato, o mundo se acha hoje numa encruzilhada que coloca num mesmo ponto a superpopulação do planeta frente ao esgotamento, cada vez maior, dos recursos naturais. A questão é como compatibilizar crescimento demográfico e escassez de alimentos e outros itens necessários e vitais à sobrevivência da espécie humana. Cabem aos humanos resolverem, o quanto antes, os problemas criados por eles mesmos, sobretudo no que diz respeito as velhas relações econômicas, baseadas na produção e no consumo em larguíssima escala.

Trata-se de um problema de dimensões planetárias e que, agora, está a exigir mudanças revolucionárias, a começar pela reeducação de cada indivíduo, colocando-o, realisticamente, diante da dupla opção: ou mudar a forma e sua relação com o mundo, ou buscar viver em outro planeta distante.

O esgotamento dos recursos naturais é uma realidade inconteste e da qual não há fuga ou plano B, pelo menos por enquanto. O consumo diário e crescente de mais de sete bilhões de indivíduos tem exigido, cada vez mais, o uso de recursos naturais que vão muito além da capacidade do planeta em prover. O resultado dessa descompensação pode ser evidenciado não apenas no grande número de conflitos armados e nas grandes levas de pessoas que migram em busca de oportunidade e alimentos, mas, sobremaneira, pela transformação paulatina do equilíbrio ecológico, com o advento do aquecimento global, escassez de água e poluição em níveis alarmantes dos ecossistemas.

Mais do que em qualquer outra época na história da humanidade, estamos diante de uma grande encruzilhada. Essa é, por exemplo, a questão dos lixões a céu aberto e os aterros sanitários que, recentemente, vêm preocupando autoridades e a comunidade do Distrito Federal. Na busca por uma solução adequada para o descarte de tamanha quantidade de lixo e outros dejetos, temos que reformular o problema em sua origem, mudando nossa forma de produzir e de consumir. Dentro dos modelos que temos atualmente de consumismo desenfreado, feitos a qualquer preço, é óbvio que não poderá existir solução definitiva para as montanhas de lixo produzidas diariamente. Algum dia, toda essa sobra acabará por engolir a todos nos.

Com a economia compartilhada, em que o indivíduo divide o uso dos bens econômicos duráveis, dispondo para todos o que antes pertencia apenas a uma só pessoa, surgiu também e vem ganhando cada vez mais adeptos a chamada economia circular. Inscrita dentro do desenvolvimento sustentável, é também conhecida como ecologia industrial e propõe, basicamente, que os resíduos da indústria sirvam para o desenvolvimento de novos produtos, dentro de um ciclo de reaproveitamento dinâmico e constante, mantendo esses resíduos dentro de um modelo circular positivo ou quase infinito.

Em seu aspecto prático, a economia circular propõe o prolongamento máximo da vida útil dos produtos, objetivando "manter componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo". Dentro desse novo modelo, são privilegiados a mobilidade sustentável e o transporte público, entre outras medidas racionais de uso e desuso. Seus princípios são, basicamente, a preservação e o aumento do capital natural, a otimização na produção de recursos e o fechamento dos ciclos da economia, em que o desperdício não mais existe. Os bens são reparados e reutilizados, com as matérias-primas vindas da reciclagem, e não mais da extração direta da terra.

Além desses princípios contam também a promoção de um novo paradigma social, em que as relações entram, transformando o consumidor em utilizador do produto, partilhando em vez de acumulando bens. Dentro dessa nova forma, a economia e o planeta, será importante também pensar na eficácia do sistema, reduzindo danos a produtos e serviços necessários aos humanos, como alimentos e habitação.

Da economia compartilhada poderá nascer um homem novo ciente de suas responsabilidades com a preservação do planeta e da espécie. Existe ainda uma saída para esse impasse: o uso inteligente daquilo que a Terra provê a todos. Mas uma revolução como essa exigirá também um novo relacionamento com o planeta, por meio de longo processo de educação da sociedade, capacitando os novos habitantes da Terra a utilizarem com parcimônia científica e metódica os bens naturais que são de todos.

» A frase que foi pronunciada

"A reciclagem é mais do que uma resposta à crise ambiental e assumiu um papel simbólico no início da mudança da natureza das sociedades ocidentais e da cultura do consumo. De fato, muitos ambientalistas supõem que haverá uma mudança inevitável de nossa sociedade 'descartável' para uma sociedade pós-industrial de 'reciclagem' do futuro."

Matthew Gandy

» História de Brasília

Uma pessoa nossa conhecida pediu a substituição de um fusível, e o DFL cobrou 130 do fusível, 45 de mãe de obra, e 700 cruzeiros de transporte. Nem de taxi, meu Deus. (**Publicada em 14/3/1962**)